

Liberção de militares da prisão de Custóias

Forças Armadas... libertação de militares da prisão de Custóias...

Novo comando no RPM

Estado-Maior... novo comando no RPM...

30 navios japoneses a reparar na Línave em 1976

Línave... 30 navios japoneses a reparar na Línave em 1976...

"República" suspende publicação

República... suspende publicação...

Portugal/Dinamarca: relações diplomáticas em breve?

Portugal/Dinamarca... relações diplomáticas em breve?

MDP/CDE abandona a FUR?

MDP/CDE... abandona a FUR?



Departamentos de:
• Rui Nabais Neto (Ministério de Coesórdia Interna)
• Jorge Caramelo (Ministério do Exército)
• Agostinho Carreira (Ministério da Agricultura e Pesca)
Página 8 e 9

A "Conferência Norte-Sul"
• O 3.º Mundo em luta por um lugar ao Sul
• Novo índice económico mundial processa-se em 1976

Mensagens de Finheiro de Azevedo: Preocupação com a economia e proposta de pacto aos sindicatos

Finheiro de Azevedo... preocupação com a economia e proposta de pacto aos sindicatos...

Liberdade condicional para 5% dos presos comuns

Liberdade condicional... para 5% dos presos comuns...

Visitas às cabidas de Lisboa

Visitas às cabidas de Lisboa...



CONSELHO DE MINISTROS, DIA 26 DE SETEMBRO. De cima para baixo: Soares e Costa

Conselho de Ministros: Agenda de 36 pontos (e política salarial em foco)

Conselho de Ministros... agenda de 36 pontos (e política salarial em foco)...

F. Azevedo: "Ligeira situação política"

F. Azevedo... "Ligeira situação política"...

Conselho de Ministros... agenda de 36 pontos (e política salarial em foco)...

Substituição de direcções nos Centros de Reforma Agrária

Substituição de direcções nos Centros de Reforma Agrária...

Ultimato dos retornados do Norte suspenso depois da análise do C.R.?



COFFA COSTA... ultimato dos retornados do Norte suspenso depois da análise do C.R.?

Ultimato dos retornados do Norte suspenso depois da análise do C.R.?...

Póvoa: Bomba provoca agitação contra PCP

Póvoa: Bomba provoca agitação contra PCP...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT
TISSOT o relógio que conquistou o mundo inteiro

24 horas

em notícia

Libertação de militares da prisão de Custóias

Foram hoje libertados mais 6 militares, detidos em Custóias por alguma participação no "25 de Novembro". No dia de ontem já tinham sido postos em liberdade mais dois camaradas seus. Os controlados foram transferidos 19 militares de Custóias para o Forte de Cascais.

Estretamento, foi permitida a visita de familiares a 36 militares, cabendo-se que todos os outros detidos militares e civis poderão usufruir de idêntica regalia, a título excepcional, no dia de Natal, voltando ao regime de incomunicabilidade no dia 26 de Dezembro.

Novo comando no RPM

ESTÁ CONSTITUÍDO o novo Comando do Regimento de Polícia Militar. O 1.º comandante é o tenente-coronel Almeida Brito, o 2.º comandante é o tenente-coronel Ornelas Monteiro e dos quadros directivos fazem também parte os majores Ayala Botto, Ruben e Mamede.

Entretanto, a «República» de segunda-feira transcrevia um convite dirigido a ex-militares da PM, assinado pelo tenente-coronel Almeida Brito e a resposta de um grupo de ex-Pm.

30 navios japoneses a reparar na Lisnave em 1976

A LISNAVE assinou ontem um importante contrato com a empresa japonesa Sanko Lyne (um dos grandes armadores daquele país) para a reparação em 1976 de toda a frota que aquela empresa tem em tráfego para a Europa.

Trata-se da assistência a cerca de 30 navios de grande tonelagem (variando entre 70 mil e 230 mil toneladas) ou seja 30% de reparação total que o estaleiro português realizou este ano.

Prepara-se assim a Lisnave para recuperar os níveis de assistência que lhe eram normais, 200 a 250 navios/ano e ultrapassar a fase de recessão que este ano atravessou, ao reparar menos 100 navios do que a média habitual.

"República" suspende publicação

A INSCRIÇÃO no "Diário do Governo" de ontem da resolução do CR pela qual é aceite o pedido de demissão do coronel Pereira de Carvalho do cargo de director de "República" e onde se determinam que devem regressar aos respectivos ramos das FA os componentes da Comissão Administrativa nomeada pelo Estado para a Editorial proprietária do vespertino, levou os trabalhadores reunidos em plenário realizado ao fim da manhã de ontem a suspender temporariamente a publicação do jornal.

Portugal/China: relações diplomáticas em breve?

FONTES bem informadas dão como certo que o tenente-coronel Hugo dos Santos, adido militar em Bucareste, de momento em Lisboa, se deslocará em breve à República Popular da China, onde travará conversações com vista ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e aquele país.

Segundo as mesmas fontes, as perspectivas de as conversações elegarem finalmente a bom termo parecem agora maiores. Os dirigentes do Pequim catariam, desde o 25 de Novembro, a seguir com o maior interesse a política interna portuguesa, que consideram mais próxima dos seus interesses e definitivamente afastada da influência soviética.

MDP/CDE abandona a FUR?

Por razões diversas das que motivaram a saída da LUAR e da LCI da FUR, o MDP/CDE deverá abandonar aquela frente política, por divergências com as restantes organizações que nele permanecem: o MES, o PRP e a PSP. Não comunicada ontem divulgada o MDP/CDE pronuncia-se sobre as posições assumidas pelas referidas organizações sobre o fim da participação do Movimento Democrático Português nos trabalhos relacionados com a criação de uma frente unitária revolucionária que, aparentemente, deverá corresponder a uma reformulação da FUR à luz das consequências políticas do 25 de Novembro. De qualquer modo o MDP, embora sublinhando que só tomará uma posição mais detalhada sobre o assunto depois da próxima reunião da sua comissão central, realinha a sua disposição em continuar a cooperar com outras forças de esquerda.

SANTOS, Nuno Brederode

o
to
esquerdo

por Nuno Brederode Santos

Dois projectos para uma só via

"A mesma chuvada lava os porcos e enlameia os homens" — Lichtenberg

Houve decerto quem pensasse e 25 de Novembro como um necessário incidente de percurso na via para um Portugal independente, livre e socialista. Mas houve, decerto, quem desejasse um 25 de Novembro como uma barreira intransponível para essa mesma via.

Houve quem pensasse que um 25 de Novembro de 1975 em Fevereiro de 1976 seria já a direita, de mangas arregaçadas — e deu graças pelos riscos não corridos e pelos estragos não sofridos, porque esses três meses não chegaram a passar. Mas houve quem pensasse que, embora a oportunidade chegasse antes de tempo, era necessário aproveitá-la e é necessário agora acelerar artificialmente as condições que o decurso daqueles três meses teria provavelmente amadurecido.

Houve quem pensasse que salvar a revolução era tirá-la do seu beco sem saída, desonerá-la de uma concepção aventureira, autoritária, administrativa e entusiasta da coacção das maiorias — em suma, desactivar a bomba de relógio que trazia no seu próprio bolso. Mas houve quem pensasse que era a ocasião propícia para tudo inflectir e para persuadir os portugueses de que o socialismo é isso mesmo, a coacção das maiorias, a resolução autocrática e administrativista dos problemas, uma aventura irresponsável onde todos embarcaram, mas cujo destino só serve ao timoneiro.

Consumado o 25 de Novembro, há quem pense que salvou a revolução e o socialismo e há quem pense que os sepultou a ambos.

Importa reconhecer que uns e outros têm a sua razão. Porque uns e outros conheciam a sua existência recíproca. Uns e outros sabiam das contradições que transportavam consigo e dos riscos inerentes. Uns e outros vigiavam, atentos, a ambiguidade profunda da sua momentânea confluência.

Agora, porém, começaram inevitavelmente a demarcar-se, na prática e nos propósitos. Não há traíções, cada qual assume a sua verdade. Uns, reafirmando, pela sua prática, o socialismo como verdadeiro projecto nacional e procurando convocar para essa dinâmica todas as vontades disponíveis. Outros tentando tudo repôr em causa, mesmo as suas pouco convictas bandeiras de ontem. Uns, concebendo a repressão subsequente ao golpe como um mal necessário, como uma mera legítima defesa do Estado. Outros, concebendo-a sobretudo como a oportunidade ímpar de inverter o curso do processo, de recuar nos passos dados e apagar as peguadas, de, por entre o medo e a confusão da retirada, ocupar posições.

É cedo para que estes se mostrem já completamente. Jogando a prazo, compete-lhes prudência e discrição: e disfarçar em cada passo a meta de que se aproximam. Neles, a denúncia de uma injustiça hoje é sobretudo uma etapa para ensaiar amanhã pôr em causa uma medida justa; o combate a um erro accidental é apenas uma forma de atingir o essencial; a eliminação política de personalidades, que desejam tão ampla quanto possível, visa essencialmente lançar um encadeamento progressivo de responsabilidades, recuperando para si a tática do salame e desencadeando-a agora no sentido favorável à direita. A sua veemência a reclamar as conclusões do inquérito ao 25 de Novembro contrasta com a sua displicência para com os inquéritos do 28 de Setembro e do 11 de Março; e o seu zelo místico para com os direitos humanos não tem mais de um ano, se o tiver.

Os outros, aqueles para quem uma dinâmica socializante é componente essencial de um projecto verdadeiramente nacional, esses, abertamente e em momento pouco azado, vão-se dando a conhecer. E seria trágico que o fizessem em vão, que a obsessão de algumas iniquidades de circunstância — dificilmente evitáveis e que, de resto, não devem deixar de ser combatidas — impedisse os socialistas deste país de os reconhecerem.

É conhecida a lenda triste do emissário de Leónidas. Quando o inevitável desfecho da batalha das Termópilas era iminente, quando às investidas persas já só um punhado de lacedemónios resistia, Leónidas chamou um dos seus soldados. Escolheu aquele que se encontrava demasiado ferido para poder ter acção sensível no curso dos combates, mas que reunia ainda as energias bastantes para poder cavalgar até às portas de Esparta. Confiou-lhe, então, a sua mensagem para a cidade, informando-a do que ali se estava a consumir e de qual poderia ser o seu melhor contributo para a resistência comum dos gregos contra a invasão persa. O emissário cavalgou dia e noite e, quando chegou à cidade, a mensagem de Leónidas dependia do fio de vida que lhe restava. Mas, ao vê-lo chegar, os habitantes julgaram tratar-se de um fugitivo ao combate, dizendo que "o Eurotas não corre para os cobardes", lincharam-no sem lhe dar tempo a explicações. Leónidas e os seus ficaram no desfiladeiro, Esparta não recebeu o seu recado e a Pérsia passou para sul.

Claro que, hoje, a historietta não passa de uma efeméride de almanaque; tem vinte e cinco séculos a relativizá-la. Mas será consolo para algum de nós imaginar a relatividade futura das nossas actuais e mais dilacerantes opções?

Se formos capazes de renunciar de vez à leitura moralista de todos os acontecimentos e ao hábito persistente de subjectivar os conflitos e as contradições; se formos capazes de manejar apenas o possível de cada momento — talvez então tudo possa acontecer: o 25 de Novembro, sem que isso implique sonegar-lhe as consequências necessárias, transformar-se também numa efeméride de almanaque; o recado de Leónidas ser dado no seu destino; e, quem sabe, talvez até a Pérsia não passar.

CARVALHO, Augusto de

Presos políticos, pepedistas e jornais

Augusto de Carvalho

PRESTES a encerrar as portas o ano de 75 ficará na História portuguesa como um dos mais movimentados politicamente. No seu encerramento, porém, o caso mais escaldante e que provoca reacções mais rápidas é o dos presos políticos, quase todos militares que se transformaram na ponta de lança visível de aventuras votadas, à partida, ao fracasso. Essas aventuras atingiram os céus de onde se precipitaram em 11 de Março e 25 de Novembro. Tais tentativas de golpe, de sinal contrário, pecando ambas por análises incorrectas das circunstâncias mostram, bem à vista, a ingenuidade de muit militares genuidade de muitos militares urdidores de planos que acabam por ficar na sombra e não vão parar à cadeia.

O desfecho dos dois processos vai ser carrilhado através do companheirismo entre os militares que naturalmente, abrirá as portas à liberdade da maioria se não da totalidade.

A tentativa de golpe do 25 de Novembro, um golpe de esquerda, veio colocar tranços nas mãos dos mais directamente responsáveis pela condução do regime para se sentirem à vontade libertando os "implicados" no 11 de Março.

O que foi realmente o 11 de Março e quais as forças nele comprometidas facilmente o

ficaremos a saber, pois pelo andamento que as coisas levam o alarido de então esbater-se-á perante o clamor de todos aqueles que desejam ver em liberdade os "implicados" no 25 de Novembro. Assim, por ironia das coisas, ou como diria o MRPP na sua fraseologia típica, fascismo e social-fascismo dão-se as mãos em determinadas épocas de crise, o 11 de Março e o 25 de Novembro acabam por beneficiar-se um ao outro na medida em que acabam por beneficiar aqueles que são unanimemente havidos como os autores ou como colaboradores na cadeia que produziu essas datas.

O 11 de Março, por outro lado e tudo aquilo que se lhe seguiu acaba por vibrar um golpe bem rude na prática da justiça em Portugal na medida em que foram transgredidos elementares direitos da pessoa humana e não houve a coragem de esquadriñar a vasta rede que o produziu. Quem estava no 11 de Março? Pode ser que a História venha a dizer aquilo que os tribunais não conseguiram ou não quiseram provar.

Sente-se, depois do 25 de Novembro, ao nível das esteras do poder militar, um certo desencantamento e a impressão de que ninguém quer prender ninguém porque ninguém quer castigar um

ninguém quer castigar ninguém porque ninguém encontrou as condições para corrigir ninguém e sobretudo porque o andamento do processo político português ainda não foi capaz de introduzir novos tipos de julgamento com aplicações diferentes de penalidades que mais viassem a reconversão dos chamados delinquentes que o castigo imediato em virtude de haverem lesado uma ordem social, ordem essa que mais não é, no fim e ao cabo, que o resultante, em cada etapa histórica, das relações e modo de produção. Porque o processo político português é ainda uma baralhada não desmeada. E porque os militares que nele se meteram, derrubando o fascismo e depois levados a encerrar o seu múnus como motores da revolução encontram-se, neste momento, em sérias dificuldades, para descortinar a luz do outro lado daquilo que para eles é túnel.

Nesta linha de considerações e confessando um desânimo, todo ele feito de impotência, dizia-nos há dias um dos emfáticos mais em relevo: "Infelizmente outro meio não vejo que não seja as eleições depois da Constituinte haver terminado o seu trabalho". E nas eleições quem vai ganhar, seguramente, é o PS e o PPD.



DOS "KAKOS" A SÃO BENTO: O novo deputado da UDP, Afonso Dias, quando, integrado no conjunto de que fazia parte, "Os Kakos", se exhibia no Hotel Cibra, Estoril, na passagem de ano de 69/70

Um PPD expurgado

O PPD apresenta-se, agora, expurgado dos "esquerdistas" que Sá Carneiro terá visto partir com alívio, já que contestantes da sua autoridade pessoal, poderiam fazer marchar o partido para caminhos não de todo desejados pelo seu secretário-geral, o qual continua, apesar de tudo, a recolher a adesão da maioria pepedista. Daí que muitos observadores políticos vejam na atitude dos dissidentes um certo folciorismo, um certo jogar para a plateia do pequeno grupo de amigos, pois que ao abandonar o partido não terão levado massas atrás deles. É natural, por conseguinte, que fiquem desorbitados a orbitar. A nível de recolha de votos, a saída destes homens do Partido Popular Democrático pode beneficiar em alguma coisa o

Partido Socialista, cuja prática política, apesar de todas as juras em contrário, vai nos caminhos da social-democracia. Terá no entanto, o condão de atrair ao PPD muitos hipóteses e reais cedesses entusiasmados com o antimarxismo de que dá provas Sá Carneiro, agora dono e senhor do partido. Se por outro lado o abandono do PPD leve o mérito, na opinião dos dissidentes, de denunciar abertamente as manobras peedistas e cupulistas de Sá Carneiro no interior da agremiação, teve igualmente o condão de revelar a imaturidade política dos dissidentes, muito preocupados com o cartão de esquerda junto de alguns sectores da opinião pública, patente a que muita gente da nossa praça se agarra com unhas e dentes. Por outro lado o tal atitude pode muito bem contribuir para que o MDLP se cole cada vez mais ao PPD, o que até certo ponto, já começou a acontecer.

Sérias dúvidas quanto nos jornais

Com excepção de "O Século", já apareceram a público todos os jornais suspensos por ocasião do 25 de Novembro-jornais estatizados cujo elevado deficit é causa de sérias preocupações em época de crise como aquela que se atravessa. O "Diário de Notícias" afirmava antecetm no seu primeiro editorial sob a direcção de Cunha Rego e Mário Mesquita: "O país não desiste de lutar por uma informação pluralista, isenta e responsável, mas está cansado de demagogia".

"Há muita gente que vê com certa apreensão o facto de uma direcção afecta ao PCP ser substituída, no "Diário de Notícias" por uma outra do PS, o que a partida não parece favorecer o desejado e apreendido pluralismo. Como circunstância agravante é de acrescentar o ter presidido à distribuição dos jornais da parte das autoridades responsáveis um critério tipicamente partidário, o que quererá dizer que os poderes constituídos aceitam implicitamente jogadas partidárias nos órgãos de informação estatizados, isto ao nível dos jornais.

Corre, na realidade, nos meios bem informados, sem sombra para dúvidas e os

factos o estão a provar, que o "Diário de Notícias" foi colocado sob a órbita do Partido Socialista, "Século", pres-tes a sair, sob a órbita do PPD. O PCP perdeu os matutinos que controlava na prática, anunciando-se, como já é do conhecimento público, um diário PCP, mas pago pelo PCP e por conseguinte, por ele controlado e orientado. Por outro lado estará reservada ao "Diário de Lisboa" uma linha peceplista. Foi o seu director, dr. Ruella Ramos quem tal afirmou publicamente.

Não é o facto de personalidades partidárias estarem à frente de um jornal que o vai tornar automaticamente defensor do partido da direcção. Um jornalista pode perfeitamente ser partidário e ser isento, ou seja, o mais possível objectivo nas notícias que fornece aos seus leitores. Não é isto que está em causa. O que está em causa no caso em apreço é que esses jornais já foram atribuídos segundo critérios marcadamente partidários. Não teria sido melhor vendê-los aos partidos? Se não é legítimo que o povo português pague os jornais do PCP, será legítimo que o mesmo povo pague os jornais do PPD ou do PS? Cedo é no entanto para podermos tirar conclusões.

Que se entende por uma

informação pluralista? Uma informação aberta a todas as correntes do pensamento, onde todas elas possam ter cabimento? Mas cabimento a que nível? Ao nível da exposição de ideias, a título de opinião, e ao nível do noticiário da existência das mesmas? E quanto ao noticiário de todos os dias que não envolve propriamente uma linha ideológica mas que pode ser facilmente manipulável?

Para já parece-nos importante chamar a atenção dos responsáveis para a existência de dois grandes matutinos lisboetas que, desde tempos remotos dão a mesma informação ao público noticiário: foi regra geral sempre o mesmo. Então no sector internacional era por demais flagrante, já que se serviam das mesmas agências noticiosas. Iremos, daqui para a frente, assistir ao mesmo fenómeno, apenas levemente colorido de pessimismo ou de peedismo, conforme as praças? Também aqui o futuro o dirá, mas parece-nos bem que o povo português uma vez que paga os jornais e os paga de várias formas (refiro-me aos estatizados), tem direito a que se lhe sirva uma de bom nível. Não vale servir-lhe duas iguais. Talvez estejam criadas as condições para se fazer um jornal de grande nível internacional. Fazê-lo. A ver vamos.

editorial

Aproveitarão os políticos o Natal para pensar?

É NATAL, as pessoas não querem pensar em coisas sérias, sobretudo as que não estão desempregadas, têm casa aquecida, bacalhau, rabanadas e peru para a ceia da consoada, familiares a rodearem-nos com calor, risos de criança a abrirem os presentes do Pai Natal ou do Menino Jesus.

Durante o Natal só pensam, só querem pensar os desfavorecidos, os que não podem sequer comprar um brinquedo para os filhos, os que perderam a esperança de dias melhores, os que sentem frio por dentro e por fora, olhos postos, mesmo que sem cupidex, na abundância dos outros, feridas abertas e sangrentas pelos contrastes e comparações impossíveis de ignorar.

Pensam também os que estão sós, os que perderam tudo (ou quase tudo) em Angola, os que sofrem na noite silenciosa das enfermarias, os que têm de trabalhar para que os outros tenham Natal nos transportes públicos, nos hotéis, nos restaurantes, nos serviços de urgência dos hospitais, nos piquetes da água e da luz, nos quartos de sentinela e nas patrulhas dos quartéis e das esquadras, as guardas das fábricas, das empresas comerciais, das propriedades agrícolas.

Pensarão também, talvez, nesta quadra festiva do Natal, alguns políticos? Meditarão sobre a

sua ascensão e a sua eventual queda? Pensarão sobre o bem e o mal que fizeram? Procurarão auto-justificações para os erros cometidos? Tentarão proceder a um prolongado exame de consciência? Terão a coragem de ir ao fundo das questões, de abordar a descolonização em todos os seus ângulos, de explicar a situação económica em toda a sua gravidade, de analisar os permanentes impasses políticos com toda a necessária lucidez? Serão capazes de dar ao povo português o devido valor, pela serenidade, pelo bom senso, pelo estoicismo que tem vindo a demonstrar, no decurso destes longuíssimos meses?

E, se conseguirem fazer e responder a todas estas interrogações, como se julgarão a si próprios os políticos portugueses que se derem ao luxo de pensar durante a quadra natalícia? Condenar-se-ão? Ficarão na dúvida? Resistirão à tentação de imputar todas as culpas aos outros? Concluirão que seria melhor não ter meditado? Ou absolver-se-ão, com sinceridade, de consciência limpa, cristalina, tranquila?

E, dentre os que arriscarem a meditar e não permanecerem nas meias tintas, ousando fazer um juízo correcto sobre a sua actuação, quantos preferirão uma sentença honesta de condenação em relação a si próprios e quantos se condenarão com igual honestidade?

E, dentre todos, condenados, absolvidos e em dúvida, quantos se atreverão, depois de uma meditação séria a ficar na vida política?

O Natal, para além do bem estar material que artificialmente procura criar, o Natal é, diz-se, um período de procura de paz, para cristãos e não cristãos. No caso português, a paz só virá quando os portugueses conseguirem entender-se entre si.

Para tal é preciso "retirar dos excessos as necessárias lições históricas sem por em causa a revolução", bem como "que todas as forças se unam numa ampla mobilização, frente aos graves problemas que teremos que resolver", como se diz na mensagem de Natal-fim de ano do Conselho da Revolução.

Só assim de facto se chegará à "nova sociedade", "mais justa, mais livre e mais independente do que a antiga".

Mas não basta marcar objectivos e mostrar intenção de os cumprir. É indispensável também que haja homens que os executem. O período agitado que estamos a viver é especialmente propício ao aparecimento dos amadorismos e dos oportunismos. Por força das circunstâncias são guindadas a posição de destaque pessoas sem qualquer capacidade para as exercer. Uns, por abnegação, por sorte, por honestidade. Outros, por manobra, por influência partidária, por dolo. A todos se aplica o princípio de Peters, porque todos ultrapassam o seu nível máximo de competência.

A "nova sociedade" de que fala o Conselho da Revolução não existirá, enquanto vivermos em pleno primado da mediocridade.

O Natal dos doentes, dos pobres, dos velhos, dos desfavorecidos não será mais ameno enquanto prevalecer o reinado da incompetência.

Por isso se sugeria atrás, em tom dubitativo (e daí interrogativo) que, neste Natal de 1975, os políticos fizessem o esforço de pensar. No país e em si próprios. No seu amadorismo e na sua capacidade. No seu oportunismo e nos seus talhões de vidro. Nas suas ambições e nas suas ilusões.

BACKMANN, René

René Backmann *

Portugal pode continuar a ignorar a República Popular de Angola?

O NEW YORK TIMES publicou na sua edição de sexta-feira, 19 de Dezembro, algumas revelações sobre o papel dos Estados Unidos no conflito angolano, que merecem ser examinadas com cuidado e que, parece-me, poderiam levar o governo português a sair do silêncio em que se refugiou desde o 11 de Novembro, dia em que Agostinho Neto proclamou a independência da República Popular de Angola.

/Mas que diz, afinal, o grande quotidiano americano? Diz que os Estados Unidos, que desde há algumas semanas não cessam de acusar a União Soviética de brincar com o fogo em Angola — tal como o fez ainda na semana passada com um claro desrazamento o Presidente Ford — não separam o seu envolvimento soviético naquele país para intervir na guerra.

Na realidade, como o revela Seymour H. Hersh, apoiando-se em declarações "oficiais e bem informadas", desde o início da luta armada em Angola os americanos têm estado presentes no conflito por interpostos pesos.

Já em 1961 Holden Roberto fora contratado pela CIA "para recolher informações" por um salário anual de 10 000 dólares. O Presidente Kennedy em pessoa aprovava em 1962 a escolha de Holden Roberto "para estabelecer ligação entre os Estados Unidos e os grupos autóctones que um dia seriam incumbidos de expulsar Portugal de Angola".

Está o que é claro, isto que permite acabar com o mito estalado da posição dos Estados Unidos como espectadores longíquos e desinteressados das primeiras embozadas de uma guerra onde se enfrentavam as armas "ocidentais" do exército português e as armas chinesas, checoslovacas ou soviéticas dos rebeldes.

Uma outra hipótese, já mais recente e consoantemente divulgada por toda a imprensa ocidental: Os Estados Unidos só teriam intervido actualmente em Angola para responder a uma intervenção maciça da União Soviética, estranha a seu expansionismo e proteger a rota do Cabo, artéria vital do Ocidente.

Depois de certificar que os Estados Unidos tinham fornecido assistência militar ao Zaïre, que por seu lado entregara armas ao FNLA, Henry Kissinger examinou a realidade quando, em 9 de Dezembro, no decurso de uma conferência de imprensa afirmou: "Independente da nossa actuação, só a existência muito depois de ajuda soviética ser evidente". Trata-se de uma ironia.

O "New York Times" revela, com efeito, que já em Janeiro de 1975, enquanto decorria a Conferência de Alvor sobre a independência de Angola, a CIA recebeu da administração Ford a autorização de fornecer à FNLA uma ajuda financeira de 300 000 dólares. Esta revelação prova que, uma vez mais, Henry Kissinger mentiu e deu provas da sua habitual hipocrisia ao declarar há algumas semanas frente ao Clube Económico de Detroit: "Os Estados Unidos não podem ficar indiferentes quando uma potência (URSS) se envolve numa política intervencionista numa região tão afastada do seu território e tão estranha aos seus interesses tradicionais".

ANDRADE, António Flores de

Têm a palavra os partidos

António Flores de Andrade

O PARTIDO Comunista Português parece disposto a jogar o jogo democrático, o que, como publicamente tenho defendido, me parece essencial para a estabilização da vida política nacional. É verdade que o que o PC entende por "democrático" não é exactamente o mesmo que pensa o PS, por exemplo, a tal respeito. Mas as palavras de Alvaro Cunhal, proferidas no Campo Pequeno em 7 de Dezembro último, sejam elas acusação ou auto-crítica, são suficientemente claras e tranquilizadoras: "Não mais uma política de voluntarismo de vanguarda, que cuida poder, não própria, seduzia, fazer a revolução. Não mais um verbalismo quando revolucionário e concorrenciais a avaliação a palavras, e a Emissão das facilidades do processo. Não mais a política de golpes, de golpes, de chantagens, de aventuras".

Por outro lado, o Partido Popular Democrático resolveu aderir a parlamentar com o PC na tarefa da remodelação ministerial do VI Governo, participando ambos nele, conjuntamente com o PS (e os ministros militares). Certamente que quando este artigo sair a lume do arcano é sempre grande, dada a enorme aflicção de colaboração ao EXPRESSO, já os Partidos e o MFA assentaram numa Plataforma Política que a todos minimamente satisfaz — e ao País satisfaz grandemente. Parecem, pois, estar criadas as condições de estabilidade política que permitam reflectir os passos seguintes a dar na caminhada para a sociedade socialista que os portugueses, maioritariamente,

pretendem. Caminho que passa igualmente por uma certa estabilidade social, e por uma estabilidade "mental", de que falava Eduardo Prado Coelho no seu notável artigo de 12 de Dezembro, em O JORNAL. Embora não conheça dos seus racios quanto à actual consciência ideológica dos militantes do PS — e é bom não esquecer que, durante a crise que antecedeu o 25 de Novembro, para estes (nos quais me incluo), o espectro de uma ditadura, de esquerda ou de direita, era o inimigo a armar na conjuntura; e que talvez se deva à luta do PS estamos ainda em democracia, luta que, provavelmente, lhe causou uma certa erosão (o que merecerá ser encarado como uma atitude de coragem) — a verdade é que penso que todos os militantes de todos os partidos deveriam aproveitar a pausa política que fugazmente vivemos neste momento, para analisar quais as tarefas que, a seguir, prioritariamente se impõem. Análise que é indissociável da determinação, por parte dos dirigentes partidários, das medidas a curto prazo a tomar para levar a cabo neste Portugal destruído, em vésperas de 1976. Determinação que poderá, porventura, conduzir a trocar o "ótimo" pelo "bom", o desejável pelo possível. E a cair em si...

Quero eu dizer na minha que uma coisa é o socialismo revolucionário e democrático do PS, o socialismo revolucionário e vanguardista do PC, ou a social-democracia eleitoral do PPD — a outra coisa bem diferente aquilo que é possível e realista hoje em Portugal, pese embora a hipó-

tese de a actual realidade económica social portuguesa poder coincidir, aqui e ali, com o que os programas dos diversos partidos programam. Assim — e dando de barato que o PS, o PC e o PPD são três partidos para quem a sobrevivência de Portugal em termos de país independente, bem como a felicidade dos portugueses, estão acima de todas as tarefas — creio que o que se impõe urgentemente é a definição conjunta de um programa comum, de acção, com vista a conseguir, no mais curto espaço de tempo, a garantia desses objectivos.

Julgo que estamos perante a última oportunidade histórica (no desenvolver deste processo tendente à democracia e ao socialismo) de os partidos políticos encontrarem, efectivamente, o que os use. Sem que para tal esqueçam necessariamente o que os divide (seria utópico pretendê-lo...). Com efeito, entrar-se agora, de novo, em ferros luta partidária, (porventura com vista às próximas eleições para a Assembleia Legislativa), seria enterrar definitivamente o processo iniciado em 25 de Abril. E julgo até que não será precipitado apontar "a priori" o partido que, eventualmente, venha a tentar desancadar esse tipo de luta feraz, como pretendendo exactamente ser a agência funerária de tal enterro! Deixando de lado, por ora, a análise da "democratização" do país, que só firmemente poderá conseguir-se a curto prazo, pois que realimente é tarefa para gerir — debruçando-se sobre a "socialização", ou "caminho para o socialismo", onde muito foi já

conseguido (mas que é necessário consolidar) onde muito mais pode ser alcançado nos próximos tempos. Ora, o que divide os partidos neste campo? Sumária e correntemente pode dizer-se que: o Partido Socialista vê a construção do socialismo (e reportamo-nos, para abreviar a análise, apenas ao aspecto económico do problema, traduzido esquematicamente na apropriação colectiva dos meios de produção) como uma tarefa que só a maioria do povo compete, cuja vontade haverá de manifestar-se livremente, através do voto secreto, na eleição dos órgãos que melhor traduzam os seus anjos e legítimos direitos, e também na organização de estruturas de base, nas fábricas, nos campos, nas empresas, que possam dinamicamente compensar os recuos a que uma democracia exclusivamente parlamentarista inevitavelmente conduz: o Partido Comunista, pelo seu lado, apela mais para a conquista revolucionária do poder por parte do proletariado (a vanguarda), disse essa que, irreversivelmente, constrói o socialismo, através da eliminação da detenção privada dos meios de produção; o Partido Popular Democrático defende o convívio harmonioso entre a posse privada e a posse colectiva dos meios de produção, de molde a só colectivizar aquelas empresas ou sectores da produção que o justificam, mormente sob um ponto de vista de rentabilidade, fazendo assentar este processo reformista, essencialmente, na gestão dos órgãos de poder eleitos pela maioria dos cidadãos.

Utilizando o conceito de

democracia tal como é conhecido (ou apenas intuído) pela generalidade dos portugueses, pode dizer-se que o processo propugnado pelo PS é democrático e revolucionário, o do PPD apenas democrático e o do PC apenas revolucionário — definições essas que carecem obviamente de rigor científico, mas que julgo toda a gente entende que é do que cuida aqui.

Parece, no entanto, fácil que os partidos, apesar destas divergências, encontrem uma zona de trabalho comum em prol de Portugal e dos portugueses. Limitarmente se poderia dizer que basta ao PS e ao PPD aceitar o carácter não democrático do PC; a este o carácter democrático dos outros dois; ao PPD aceitar o carácter revolucionário do PS e do PC; e a estes o carácter não-revolucionário daquele. É claro que isto, posto assim, mais parece um mero jogo de palavras. E só-lo é na verdade, se, por exemplo — e a serem reais as asserções anteriores — o PC, para além de não ser democrático, pretender boicotar a democracia, tal como os outros partidos a entendem; ou se, também por exemplo, o PPD, para além de não ser revolucionário, pretender exercer uma prática contra-revolucionária; ou se o PS, aliado por exemplo, desconfiar da política revolucionária do PC (sem golpes, assaltos, chantagens e aventuras — como promete Alvaro Cunhal) ou não reconhecer o progressismo do PPD (identificado até com Sá Carneiro).

É certo que os partidos têm todos "ranchos de queixa" uns dos outros, frute, sobretudo, do

carácter exaltado e descontrolado de que a prática política em Portugal deu mostras nos últimos meses. Mas é bom que as esqueçamos. E, para tanto, urge que a "política do modo" desapareça da face deste país. Medo que levou os partidos a criar fantasmas e a assustar-se com eles, dedicando-se por vezes dos seus próprios "centros de gravidade", ao ponto de, em certos momentos, haver um nítido desfazimento entre os programas e as respectivas práticas políticas. Não terá o PC lido por vezes uma política de "extrema-esquerda"? E o PS, para equilibrar, uma política de "centro-esquerda"? E o PPD, para contrabalançar, uma política de "direita"? E se assim foi — e estou convencido disso — que desorientação não há-de ter grassado nos ânimos dos cidadãos, cuja polarização, formada ao meio de tanta contusão, corre o risco de adquirir uma feição conservadora, a partir do humilde "ampulha de" entre o caos e a direita... venha a direita!

É, pois, urgente que os partidos políticos aproveitem este período de calma para encontrarem o seu verdadeiro caminho e a sua real vocação, que permita aos cidadãos aderirem consciente e activamente as opções políticas que se lhes depararem no momento (adrião sem a qual não há progresso possível). E para se sentarem à mesa, e conjuntamente reequilarem este pobre Portugal, em termos de desenvolvimento económico, justiça social, liberdade política e fraternidade humana. Em termos de socialismo!

MADEIRA

Quem tem acesso à... revolução?

António Madeira

DESDE a célebre data do 25 de Abril muito se tem falado de revolução. Os jornais, a rádio e a televisão constituem a principal força-de-choque em matéria de detetar a realidade. Os jornais, com raras excepções, tornaram-se a presença física dos partidos, tendo o jornalismo tornado-se a arte de bem copiar os comunicados partidários. A rádio e a televisão recitaram na repetição monótona duma ladinha política. As casas editoriais não perderam o seu tempo e lançaram-se na publicação leviana e inflacionista dos chamados clássicos da revolução. Por seu lado, os partidos políticos mostraram, pela sua prática, o que são, o que querem e o que não querem. Durante um ano e meio todos tentaram definir a «revolução», claro, à sua maneira.

O que é isso da revolução? Se cada português respondesse a esta questão seriamos milhões de definições diferentes. Será a revolução essa que foi proclamada pelo exército? Exército esse sem qualquer formação ideológica (a não ser aquela que lhe foi transmitida pelo fascismo); exército com as mãos ainda escorrendo o sangue africano

das guerras coloniais; exército de generais cuja linguagem não excede os limites das línguas. Será essa a revolução? Será a revolução dos partidos políticos, ditos antifascistas, que durante um ano e meio continuaram ao mesmo nível da criança que brinca com as suas próprias fezes, será essa a revolução? O que será, afinal, isso da revolução?

Todos defendem a sua revolução, respire ela nas fardas de papilão com espingardas disparando volutas de cortica ou na virulência das posições dogmáticas daqueles que ainda vivem a fase anal da «revolução» portuguesa. Após o 25 de Abril, muita gente delirou verbalmente sem discernir o objecto submergo no oceano da linguagem. As cinco décadas de ditadura sobre o povo português permitiram, a este, capitalizar uma reserva libidinal que, mais tarde ou mais cedo, viria romper as costuras dum acto institucionalizado pelo rio da repetição. A ambiguidade dos dias de esperança e de miséria, a sublimação em cada quotidiano camufladamente subvertido, a cumplicidade duma relação sado-mazoquista, etc., foram factores que alimentaram o longo

período de recalcanço que, com a queda do regime marcelista, se traduziu num orgasmar infundo. Estavam reunidas as condições de fractura para se passar da fome ao desejo. E o que é que aconteceu? O que aconteceu foi a passagem no espelho que fantasiou a castração duma geração inteira.

Durante um ano e meio apenas o poder-de-estado teve acesso à manipulação duma linguagem exorcizante. Os mass-média veicularam a gramática de cada governo que desfilou nesse espaço de tempo. O casamento do poder político com o poder militar foi a efectivação duma relação cúmplice que nunca conseguiu pisar o terreno da reversão. Ora, a reversão é a porta aberta à criação da diferença na repetição. E os dois amantes amaram-se no clima duma tragédia, sabendo que a morte lhes acenava ao horizonte dum ritual histórico. Mas o poder-de-estado, constituído a partir das cúpulas do exército e de certos partidos políticos, preferiu agir no compromisso dum jogo.

A viagem tomou novos caminhos, numa peregrinação onde a chegada se adia. O importante é jogar na viagem na tentativa

desesperada de evitar o profundo abismo da morte. Quem não acredita na Terra Prometida

Com a queda da ditadura gri-tou-se aos quatro ventos a iniciação à política de todo um povo. Mas a política começa no espelho, no ele, no pai. Os discursos que veicularam as ideologias da revolução esfumaram-se na repetição violenta do gesto. A transparência irrevocável a opacidade do discurso dogmático e inquisitorial. Todos falaram política pelo prazer de se ouvirem, pela necessidade física de darem livre curso à histeria capitalizada. A mensagem propagou-se à deriva. A estética nunca acompanhou o discurso ideológico ao posto de o tornar indirecto, transitivo. E quando a ressonância do eco ultrapassava as margens da legalidade duma situação consumada, passava-se, então, ao campo da violência. E a violência começa nas movimentações de massas colonizadas pelos partidos políticos, no ritual histórico dum compromisso.

A imagem sebastiânica alimenta a acomodação na relação com o espectro da inerteza. Os momentos que se vivem na instabilidade do quotidiano

fazem fantasmagorizar no horizonte o grito apocalíptico do desemprego, da fome, da guerra, da peste, enfim, da morte rondando o termo duma viagem. O poder-de-estado é de cartão, como as grandes cidades pré-fabricadas de Hollywood. Quem sabe se ainda ouviremos o presidente da república dizer que viu o judeu errante. Talvez Garcia-Marquez ainda venha a reconhecer uma das suas histórias na «revolução» portuguesa.

O que será isso que todos tentam ganhar no sprint das definições? E se os ilustres revolucionários lusitanos conseguissem compreender o alcance das palavras de Jean Genet que passo a transcrever: «Il serait fou de croire que les idées seules, l'échange des idées et des actions communes a suffi pour refaire le monde. Il faut cela sans doute, mais aussi ce que chacun peut découvrir dans sa propre singularité.» (O sublinhado é meu).

Não tenhamos ilusões e tentemos descobrir a singularidade que pulsa em cada um de nós. Quando o fizermos, seremos capazes de compreender o que é a revolução. Não as revoluções

de que nos falam os manuais traficados da história. Não as revoluções que existem nos propósitos obscuros dos dirigentes políticos, digam-se eles de esquerda, de centro ou de direita.

Não as revoluções soletradas pelas fardas de papélio. Não, a revolução não tem datas marcadas nas agendas de Pequim ou de Moscovo, nem tem a marca dos golpes armados ou dos decretos de um governo. A revolução faz-se todos os dias. O primeiro investimento dessa revolução é, para começar, a descoberta dessa singularidade de que nos fala Genet. E só depois se poderá partilhar a revolução no envolvimento duma intimidade. Será isto possível?

(*) Jean Genet, Revista Zoom, n.º 8, 1971, Les Palestiniens.

Durante um ano e meio a «revolução» portuguesa foi apenas espectáculo dum grande happening político. Personagens políticas e militares têm vindo a desfilar no carrossel do poder. As pessoas assistem e comentam. Mas são os tais momentos «quen-

tes» que provocam nas pessoas o desejo de prever. As siglas partidárias desfazem-se quando o corpo se torna o diapasão duma festa que pode acabar... mas que acaba, irremediavelmente.

Tentar dissecar o papaguear político de cada formação, seja ela civil ou militar, é como levantar as saias aos homens de Sevilha que se arrastam nas procissões da semana-santa ao sabor das bandas e dos vapores de vinho: tirando-lhes a máscara, cheiram mal.

Quem tem acesso à revolução? Ter acesso significa não só entrar como ainda de se instalar, de tactear, de transformar. Será o caso dos camponeses e dos operários? Será o caso dos soldados ou mesmo daqueles que se encontram religiosamente enfileirados ao militancismo? Mas as retinicas revolucionares dos padroeiros da «revolução» de Abril chegam-lhes na cruzada dos mass-média. Os governantes têm acesso ao povo para articular as regras do jogo duma «revolução». A «revolução» de Abril tornou-se tão pobre como a linguagem dos seus sucessivos defensores. Este ano e meio teve

o mérito de levantar as saias aos inflamados dirigentes políticos. Quem, para além dos brighes-de-feira com os bolsos a tilintar o rublo e o dólar, quem mais terá acesso à «revolução»? Quem poderá ter acesso à condução duma «revolução» se é a nível de polícia (e talvez no interior de certas embaixadas estrangeiras) que se decide a disposição do aadrez político, quem poderá ter acesso à «revolução»? Quem poderá prever o campo feudal da linguagem dos governantes?

As movimentações macrocíficas da linguagem da «revolução» de Abril correm o risco de absorver a própria geometria do corpo político-militar. A gramática política estrangula-se a nível das esferas do poder-de-estado, onde a intriga e a conjura contribuem para acelerar o processo de decomposição dum sistema que tende a tornar-se cada vez mais autoritário.

A «revolução» de Abril ainda não conheceu todos os seus La Fayette.

A definição de revolução torna-se, cada vez mais, no acto de travestir a singularidade de um homem, de um povo, de um país.